

Em escola de índio, todo mundo gosta de matemática

Martha Baptista

Uma escola sem paredes ou portas, onde há alunos que estudam deitados no chão ou sentados na rede e à qual as crianças vão sem serem obrigadas pelos pais. E tem mais: elas adoram matemática. Parece ficção, mas é o que acontece nas escolas indígenas do projeto *Uma experiência de autoria*, no Acre. Os professores são índios e alfabetizam seus alunos em duas línguas, mas, em vez de estudar inglês como muitas crianças da cidade grande, os jovens índios aprendem português e a língua de sua etnia.

No Brasil existem 170 línguas indígenas vivas, isto é, ainda faladas e, segundo estimativa do professor Aryon Dall'Igna Rodrigues, da Unicamp (Universidade de Campinas), esse número representa a metade do total existente na época do descobrimento do país. Em média, uma língua indígena desaparece a cada três anos, afirma Marcos Maia, responsável pelo Setor de Linguística do Museu do Índio, no Rio. Todas as línguas dos índios do Nordeste estão em processo de extinção, com exceção do iaté, falado pelos índios do grupo fulniô de Pernambuco.

Nesse contexto, diz Marcos Maia, projetos de alfabetização bilíngüe como *Uma experiência de autoria*, no Acre, e o trabalho com os índios do grupo javeá do Boto Velho, na Ilha do Bananal, em Goiás, assessorado pelo Núcleo de Educação do Museu do Índio, tornam-se fundamentais para a manutenção das línguas indígenas. O caso dos índios poianauas — um dos nove grupos indígenas que participam da experiência do Acre — é exemplar.

Durante quase 70 anos os poianauas viveram sob o domínio do coronel Mâncio Lima e eram proibidos de falar a língua nativa na escola mantida pelo fazendeiro. Os índios conseguiram tomar a escola da filha do ex-patrão, e a atual diretora, Sofia Poianaua, está recuperando a língua e a cultura de sua etnia com a ajuda dos remanescentes do grupo mais velho dos poianauas. Além disso, as terras dos poianauas estão em processo de demarcação pela Funai.

Mesmo nos grupos em que a descaracterização causada pelo contato com o homem branco foi menos danosa, como no caso dos índios cachinauas, a escola funciona como um espaço de valorização



Nietta reunida com professores índios em Rio Branco

e reforço da cultura indígena tradicional, afirma Nietta Lindemberg Monte, coordenadora do projeto *Uma experiência de autoria* e do Núcleo de Educação do Museu do Índio. A introdução da atividade seringueira pelos brancos, conta Nietta, provocou mudanças na vida dos índios, entre elas a dispersão das casas nas comunidades indígenas que se dedicam à seringa. Com isso, não se vêem mais mulheres cachinauas fazendo rede juntas, nem velhos índios contando casos para os mais novos.

Livros didáticos — Na escola comum, que usa cartilhas tradicionais, o índio sente-se desvalorizado por ser discriminado nos livros didáticos, segundo Nietta Monte. Nas escolas mantidas — são 35 — pelo projeto *Uma experiência de autoria* — uma iniciativa da Comissão Pró-Índio, apoiada financeiramente pela Funai e pelo Ministério da Cultura — os livros didáticos são feitos pelos professores índios, que reciclam todo ano seus conhecimentos em cursos de formação na capital, Rio Branco. O calendário escolar também é organizado por eles e algumas escolas cachinauas, por exemplo, optaram por aulas nos fins de semana.

— Como a escola fica longe do local de moradia do aluno, ele vai um dia por semana, fica hospedado na casa do pro-

fessor, que é seu parente em muitos casos, trabalha e estuda — afirma Nietta.

O ritmo das aulas fica mais intenso na medida em que as escolas indígenas estão mais próximas da capital do estado. A coordenadora do projeto explica que os índios sentem mais urgência de aprender (português e matemática), se o contato com o homem branco for mais estreito. Segundo ela, os índios adoram estudar matemática devido ao caráter lúdico da matéria.

— Quanto mais número tem a conta, mais ele ficam encantados — diz.

O método prático dado ao ensino contribui certamente para esse amor pela matemática. Aprende-se a fazer contas para ajudar nas cooperativas de produção e consumo, para saber pesar a borracha e anotar as mercadorias, vender a produção sem se deixar pesar a borracha e anotar as mercadorias, vender a produção sem se deixar enganar pelo comerciante branco, ensina um índio. Aliás, tudo se aprende com objetivos práticos: em ciências/saúde, os alunos aprendem questões de higiene, como a relação entre sujeira e doença, necessária por causa das mudanças nas formas de moradia. Nas aulas de Estudos Sociais os índios compreendem o processo de ocupação de suas terras pelos brancos.

Missões religiosas, uma questão complexa

É impossível falar sobre educação indígena no Brasil sem mencionar o papel desempenhado pelas missões religiosas. Segundo Nietta Lindemberg Monte, coordenadora do Núcleo de Educação do Museu do Índio, algumas missões usam a escola para legitimar sua presença nas áreas indígenas, conquistando a confiança dos grupos, dominando-lhes a língua e a devolvendo escrita com o objetivo de "salvar-lhes as almas". Em troca, afirma, os missionários pedem aos índios que abandonem suas crenças.

O responsável pelo Setor de Linguística do Museu do Índio, Marcos Maia, acrescenta que a conversão religiosa significa a desintegração cultural e até física de alguns grupos indígenas. No Encontro Nacional de Educação Indígena, realizado em outubro no Rio, foi organizado um grupo de trabalho sobre as missões religiosas, que denunciou o caráter proseli-

tista da agência Wycliffe Bible Translators, cujo "braço científico" é o Summer Institute of Linguistics (SIL) — Instituto Lingüístico de Verão — de orientação evangélica fundamentalista.

O fundamentalismo é uma corrente protestante que prega os valores puritanos da sociedade americana e seu adepto mais famoso é o presidente Ronald Reagan, afirma Marcos Maia. Segundo ele, o SIL trabalha com cerca de 50 grupos indígenas no Brasil e foi expulso de alguns países, como Peru, Equador e Panamá. Maia conta que o SIL entrou no Brasil na década de 50 para preencher uma lacuna de lingüistas e trabalhar com as línguas indígenas, sob a condição de não fazer proselitismo religioso, nem trabalhar com educação. Com o tempo, a missão conseguiu autorização da Funai para dar assistência nas áreas de educa-

ção, saúde e desenvolvimento comunitário aos índios.

— Hoje há consenso entre lingüistas e educadores brasileiros de que o preço foi muito alto e que a presença do SIL no Brasil é indesejável — diz Marcos Maia.

A questão das missões religiosas está longe de ser simples, concordam Marcos Maia e Nietta Monte. E é política, define Maia. Há atualmente cerca de 50 entidades missionárias, entre brasileiras e estrangeiras, trabalhando com os índios no setor de educação e saúde e ocupando um espaço que deveria ser do Estado. O problema, alertam Maia e Nietta, é conseguir substituir algumas dessas missões, uma vez que muitas têm infra-estrutura superior à da própria Funai, possuindo aviões e equipamentos de rádio. O SIL, por exemplo, forma um conglomerado com a Wycliffe Bible Translators e a Jungle Aviation and Radio Service (Serviço de Aviação e Rádio na Selva).